



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E AÇÃO CLIMÁTICA
Inspeção Regional do Ambiente

Relatório INSP-2024-0143
BI-2024-0142

1 – Dados gerais

1.1 - Inspeção

Data: 28/11/2024 **Hora:** 13h25 **Tipo:** Denúncia (DEN-2024-0112)

Motivo da inspeção: Extraordinária

Inspetor responsável: Paulo Pires

Outros inspetores da IRA: Luís Machado

Descrição da inspeção:

A inspeção foi realizada sem aviso prévio, ao abrigo do disposto na alínea a) do n. 1 do artigo 29.º do anexo I do Decreto Regulamentar Regional n.º 14/2024/A, de 21 de outubro. A inspeção teve como objetivo verificar as condições de funcionamento do estabelecimento na sequência de denúncias relacionadas com emissões atmosféricas e ruído.

No local foram contactados os representantes da entidade inspecionada, os quais prestaram os esclarecimentos solicitados e acompanharam a visita às instalações.

A inspeção consiste numa verificação aleatória, num determinado momento, do cumprimento dos requisitos de uma instalação em determinados aspetos da legislação ambiental. A falta de identificação de situações irregulares não significa que o operador esteja em plena conformidade com a toda legislação ambiental aplicável.

1.2 – Empresa/entidade inspecionada

Firma/nome: Cutncoat, Serviços de Corte Laser e Termolacagem, Lda **NIPC/NIF:** 518275183

Sede/morada: Rua das Províncias, n.º 13

Código Postal: 9500-518 **Freguesia:** Fajã de Cima

Concelho: Ponta Delgada **Ilha:** Ilha de São Miguel

1.3 – Estabelecimento/local inspecionado

Nome: Cutncoat, Serviços de Corte Laser e Termolacagem, Lda

Endereço: Rua das Províncias, n.º 13

Código Postal: 9500-518 **Freguesia:** Fajã de Cima

Concelho: Ponta Delgada **Ilha:** Ilha de São Miguel

Atividade principal: 25610 - Tratamento e revestimento de metais

Período de funcionamento: 08h00 às 12h00; 13h00 às 17h00



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E AÇÃO CLIMÁTICA
Inspeção Regional do Ambiente

Licenciamento da atividade: O edifício possui licença de utilização emitida pela Câmara Municipal de Ponta Delgada (processo n.º 30/24-O-ALUT) para comércio e serviços.

Não foi evidenciada a existência de licenciamento para o exercício da atividade industrial (tratamento e revestimento de metais – CAE 25610), a emitir nos termos do Decreto Legislativo Regional n.º 5/2012/A, de 17 de janeiro, e regulamentação complementar.



Figura 1.1: Localização do estabelecimento inspecionado.

2 – Situação observada

2.1 – Antecedentes

A Inspeção Regional do Ambiente recebeu, no dia 23 de outubro de 2024, uma denúncia proveniente da Junta de Freguesia da Fajã de Cima, sobre uma unidade industrial sita na Rua das Províncias, n.º 13, por alegadamente causar incómodos aos moradores vizinhos, devido à emissão de fumos e de ruído. Foi efetuada uma primeira deslocação ao local no dia 31 de outubro, mas o estabelecimento encontrava-se encerrado.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E AÇÃO CLIMÁTICA
Inspecção Regional do Ambiente

2.2 – Descrição da situação observada

Na visita inspetiva efetuada no dia 28 de novembro apurou-se que a unidade se dedicava à atividade de termolacagem de metais. Embora o estabelecimento se encontrasse ainda em fase de instalação, estavam já em execução trabalhos de lacagem de gradeamentos.

A tinta em pó, carregada electrostaticamente, era projetada nas estruturas metálicas através de uma pistola de ar comprimido, numa zona do armazém onde existia uma cabine com filtros de mangas para recuperar parte do pó. O pó que caía no chão era varrido e armazenado em sacos para ser encaminhado como resíduo.

A conduta de saída da cabine de filtros de mangas descarregava o ar aspirado no interior do armazém, ao nível do pavimento, não sendo visíveis vestígios de tinta naquela zona (figura 2.2).



Figura 2.1: Local de projeção da tinta em pó nas peças metálica.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E AÇÃO CLIMÁTICA
Inspeção Regional do Ambiente



Figura 2.2: saída da conduta de aspiração do filtro de mangas.

Depois de aplicada a tinta, as peças eram introduzidas durante alguns minutos num forno de polimerização, aquecido a 200 °C, para terminar o processo de pintura.

Para o aquecimento do forno era utilizado um queimador de gasóleo, do fabricante Hebei Xuanxuan Technology modelo ZXOQM-ZDF-0.28, com uma potência térmica nominal de 200 kW. Os produtos da combustão do gasóleo eram libertados na parte superior da cobertura através de uma chaminé (figura 2.3).



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E AÇÃO CLIMÁTICA
Inspeção Regional do Ambiente



Figura 2.3: Chaminé do queimador de gasóleo (interior e exterior).

Fontes de emissões atmosféricas identificadas:

- a) Chaminé do queimador de gasóleo com potência térmica nominal de 200 kW, para aquecimento do forno (libertação dos produtos da combustão de gasóleo).

Fontes de ruído mais significativas identificadas (todas no interior do armazém):

- a) Compressor de ar;
- b) Ventilador de aspiração da cabine de filtros de mangas;
- c) Ventilador do forno para promover a circulação do ar no seu interior.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E AÇÃO CLIMÁTICA
Inspeção Regional do Ambiente

2.3 – Outras informações obtidas

De acordo com as fichas de dados de segurança elaboradas pelo fornecedor das tintas (Neuce Powder Coatings, SA), quase todas as tintas utilizadas estavam classificadas com risco “*Aquatic Chronic 3*: Nocivo para organismos aquáticos com efeitos duradouros”, de acordo como Regulamento (CE) n.º 1272/2008, pelo que os respetivos resíduos devem ser geridos como resíduos perigosos.

2.4 – Enquadramento legal

a) Licenciamento da atividade

A atividade de tratamento e revestimento de metais (CAE 25610), faz parte da “Secção C – Indústrias transformadoras”, “Divisão 25 – Fabricação de produtos metálicos, exceto máquinas e equipamentos”, da Classificação Portuguesa das Atividades Económicas, Revisão 3.

O Decreto Legislativo Regional nº 5/2012/A, de 17 de janeiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Legislativo Regional n.º 25/2021/A, de 12 de agosto, estabelece as normas para o exercício da atividade industrial na Região Autónoma dos Açores. Estão sujeitas a licenciamento industrial, nos termos daquele regime jurídico, as atividades indicadas no respetivo anexo I, onde se encontra contemplada a mencionada atividade de tratamento e revestimento de metais (CAE 25610).

Nestes termos, o funcionamento do estabelecimento dependente de licença de exploração a emitir pela Direção Regional do Empreendedorismo e Competitividade (<https://empresas.azores.gov.pt/>).

b) Emissões atmosféricas

O Decreto Legislativo Regional n.º 32/2012/A, de 13 de julho, estabelece o regime jurídico da prevenção e controlo das emissões para a atmosfera, fixando as obrigações dos operadores das instalações que emitem quantidades significativas de poluentes para o ar. Estão excluídas da aplicação das medidas de prevenção da poluição do ar previstas naquele diploma (art. 39.º e seguintes) as instalações de combustão quando tenham uma potência térmica inferior ou igual a 200 kW, nos termos da alínea a) do n.º 3 do artigo 2.º, sendo este o caso do queimador de gasóleo utilizado no estabelecimento para aquecimento do forno.

c) Emissão de ruído

A atividade denunciada constitui uma atividade ruidosa permanente, conforme definição da alínea b) do artigo 3.º Decreto Legislativo Regional n.º 23/2010/A, de 30 de junho, a qual está sujeita ao cumprimento dos valores limite



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E AÇÃO CLIMÁTICA
Inspeção Regional do Ambiente

de exposição e do critério de incomodidade, nos termos do n.º 1 do artigo 25.º do mesmo diploma. A verificação do cumprimento destes requisitos é efetuada mediante a realização de uma avaliação acústica, cujos ensaios e medições devem ser realizados por uma entidade acreditada no âmbito do Sistema Português da Qualidade (art. 68.º do Decreto Legislativo Regional n.º 23/2010/A, de 30 de junho).

A Inspeção Regional do Ambiente é uma das entidades competentes para fiscalizar o cumprimento das normas previstas no Decreto Legislativo Regional n.º 23/2010/A, de 30 de junho, nos termos do n.º 1 do artigo 59.º, mas não se encontra acreditada para a realização de ensaios e medições acústicas.

A entidade licenciadora da atividade causadora do ruído tem também a responsabilidade de verificação do cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 25.º do Decreto Legislativo Regional n.º 23/2010/A, de 30 de junho, nos termos do n.º 8 do mesmo artigo, podendo para o efeito solicitar a apresentação de uma avaliação acústica ao interessado.

3 – Irregularidades e infrações detetadas

Não foram comprovadas situações irregulares no âmbito das competências da Inspeção Regional do Ambiente.

4 – Indicações e medidas adotadas

Indicações transmitidas:

Medidas adotadas:

- ☒ Envio do relatório à entidade inspecionada, para conhecimento.
- ☒ Arquivamento do processo inspetivo.
- ☐ Notificação para regularização.
- ☐ Levantamento de auto de notícia.
- ☒ Outra: Envio do relatório à Direção Regional do Empreendedorismo e Competitividade, para os efeitos que entender convenientes.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E AÇÃO CLIMÁTICA
Inspeção Regional do Ambiente

Ponta Delgada, 3 de janeiro de 2025